



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PR

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 31546689/2023-GTED/SR/PF/PR

Processo nº 08389.005225/2023-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviços de reparo e substituição das coberturas do estacionamento de veículos da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	INSTALACAO / MANUTENCAO - COBERTURA/PASSARELA/TOLDO/BARRACA	17809	SV	01	288.963,89	288.963,88

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum geral, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O prazo de execução do objeto é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data definida na Ordem de Serviço de Abertura (OSA), prorrogável nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, e será incluído em momento oportuno antes da publicação do edital.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis além dos que se encontram exauridos no item 4.12 do Estudo Preliminar.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação a qual consiste em:

- 4.2.1.1. Instalação de telas de Polietileno de Alta Densidade tipo Raschel, 220 gr/m² c/estabilizadores orgânicos de absorção dos raios UV próximo a 98%, anti-mofo, anti-fungos e auto extingüível sobre ação de chama na cor cinza, com garantia de 05 (cinco) anos contra desbotamento e desfiamento (conforme caderno de encargos).
- 4.2.1.2. As telas de Polietileno correspondem à parcela mais relevante nesta contratação, portanto, não poderão ser subcontratadas (itens 1.6, 2.5 e 3.4 do Anexo II - Tabela Estimativa de Custos Sintética e Resumida).
- 4.2.1.3. O item 1.6 corresponde a 27,00% do total de serviços a serem executados (valor estimado: R\$ 78.010,56).
- 4.2.1.4. O item 2.5 corresponde a 35,82% do total de serviços a serem executados (valor estimado: R\$ 103.500,00).
- 4.2.1.5. O item 3.4 corresponde a 3,47% do total de serviços a serem executados (valor estimado: R\$ 10.020,83).
- 4.2.1.6. Portanto, os itens que não podem serem subcontratados correspondem a 66,29% do total previsto, ou seja, o valor estimado de R\$ 191.531,39.
- 4.2.1.7. É admitida a subcontratação dos demais serviços previstos, desde que o somatório não ultrapasse o valor de 30%.

4.2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato, mantido o teto de 5% do valor total do contrato.
- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, porém, ela é altamente recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 (nove) horas às 17 (dezesete) horas.
- 4.8. Endereço de execução dos serviços: Av. Paraná, nº 3471, Bairro Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu/PR, CEP: 85863-720.
- 4.9. O agendamento da vistoria deverá ser realizado através do telefone: (45) 3576-5596.
- 4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

- 4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.12. Por se tratar de área de segurança, que possui dependências com níveis de acesso e cujo layout não pode ser conhecido por pessoa estranha à Polícia Federal, o vistoriador não poderá levar consigo qualquer planta, desenho ou documento técnico que represente áreas, instalações, máquinas ou equipamentos da delegacia. No mesmo entendimento, não será disponibilizado aos licitantes qualquer dos materiais supracitados.
- 4.13. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 4.14. A declaração de vistoria ou renúncia de vistoria será documento obrigatório para habilitação do licitante.
- 4.15. As Plantas/Pranchas de Desenho Técnico, enquanto material SIGILOSO pertencente à Polícia Federal, as quais devem ser conceituadas como SEGREDO DE NEGÓCIO, somente serão disponibilizadas aos potenciais licitantes após celebração do contrato, mediante o preenchimento do Termo de Confidencialidade e Responsabilidade. No entanto estarão disponíveis para consulta quando da vistoria para licitação, sendo vedado ao licitante copiar, por meio digital ou analógico, qualquer propriedade intelectual referente às instalações da Administração Pública no âmbito da Polícia Federal.
- 4.16. Quando da vistoria, os licitantes deverão se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade dos serviços, podendo ser efetuados exames e medições necessárias, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento destes.
- 4.17. Eventuais problemas observados na fase de vistoria e de elaboração da proposta deverão ser apontados formalmente à DPF/FIG/PR, antes da data prevista para a abertura da licitação (conforme datas e prazos estabelecidos no edital). Após essa data, nenhuma reclamação será aceita, cabendo à CONTRATADA a execução do objeto em sua totalidade.
- 4.18. Depois de realizada a vistoria, o funcionário responsável da contratante assinará o Termo de Vistoria, assinado conjuntamente com o representante do licitante, comprovando que o mesmo vistoriou as instalações da unidade, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em conformidade com o edital e seus anexos, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação para desconhecimento.
- 4.19. Embora não tenha caráter obrigatório, a vistoria é essencial para o cumprimento adequado das obrigações contratuais, visando dirimir eventuais dúvidas a respeito do Edital e dar oportunidade às licitantes de consultar maiores detalhes dos serviços a serem prestados
- 4.20. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar a declaração de renúncia de vistoria e declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.21. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: em até 15 (quize) dias corridos da emissão da ordem de serviço;
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.
- 5.1.2.1. A Visita Técnica às instalações da contratante é OBRIGATÓRIA para que seja possível o cumprimento adequado das obrigações contratuais, visando dirimir eventuais dúvidas a respeito do Edital e dar oportunidade à contratada de consultar maiores detalhes dos serviços a serem prestados;
- 5.1.2.2. O representante da empresa deverá apresentar documentação pessoal de identificação e documento de autorização para representação da CONTRATADA, com vistas à realização da Visita Técnica agendada, devendo ainda comprometer-se a manter sigilo sobre todas as

informações a que teve acesso, e aos documentos técnicos que serão disponibilizados pela CONTRATANTE. Modelo constante no Anexo II - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE;

- 5.1.2.3. Quando da assinatura do Contrato, a Contratada deverá indicar o responsável da empresa que tratará dos procedimentos a serem adotados junto à Fiscalização da Contratante;
 - 5.1.2.4. Quando os serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita (inicialmente via e-mail e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local do serviço) informando o término dos serviços, cabendo à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a verificação dos serviços executados, após o qual será lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória de todo o projeto, que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO;
 - 5.1.2.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório;
 - 5.1.2.6. A entrega do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor. (Lei 10.406 de 10/01/2002);
 - 5.1.2.7. O Termo de Recebimento Definitivo do objeto será lavrado em até 30 (trinta) dias corridos após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade competente e se tiverem sido atendidas todas as exigências da FISCALIZAÇÃO, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento do objeto executado, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas;
 - 5.1.2.8. O gestor do contrato, após emissão de Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada;
 - 5.1.2.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
 - 5.1.2.10. A quantidade e a proporção de parcelas definidas para o cronograma físico financeiro foi definida tendo como base a complexibilidade do projeto e a quantidade de documentos a serem apresentados.
- 5.1.3. Cronograma estimativo de realização dos serviços, conforme Anexo III - Cronograma Físico-Financeiro e de Gantt::

Serviço Público Federal
MISP - Polícia Federal
Grupo Técnico de Edificações GTED/SR/PF/PR

CRONOGRAMA GANTT

CRONOGRAMA GANTT ESTIMATIVO DAS ATIVIDADES

ITEM	SERVIÇO	DIA CORRIDO INICIAL	DIA CORRIDO FINAL	PRAZO TOTAL	DIAS CORRIDOS																		
					5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	80	85	90	
1	ESTACIONAMENTO 01 (PRINCIPAL)	46	90	45																			
1.1	REMOÇÃO DE CHAPAS DE POLICARBONATO DA COBERTURA EXISTENTE (COM DESTINAÇÃO AMBIENTAL CORRETA)	46	50	5																			
1.2	RECONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA (CONFEÇÃO DE DUAS TRELIÇAS NOVAS E LIGAÇÃO NA ESTRUTURA EXISTENTE. ÁREA DE COBERTURA A RECONSTRUIR: 72,00m²)	46	61	16																			
1.3	LIXAMENTO E TRATAMENTO ANTICORROSIVO DE 36 MÓDULOS DUPLOS ESTRUTURA METÁLICA	51	65	15																			
1.4	APLICAÇÃO DE PRIMER EM 36 MÓDULOS DUPLOS DE ESTRUTURA METÁLICA	66	74	9																			
1.5	PINTURA COM TINTA POLIURETANO PARA ESTRUTURAS METÁLICAS OU SIMILAR (COR CINZA CLARO), PARA 36 MÓDULOS DUPLOS DE ESTACIONAMENTO (TOTAL DE 72 VAGAS DE ESTACIONAMENTO)	75	83	9																			
1.6	INSTALAÇÃO DE TELAS DO TIPO SOMBRITE, PARA MÓDULOS DUPLOS, EM ESTRUTURA METÁLICA EXISTENTE, ADAPTANDO FIXADORES NECESSÁRIOS (04 FILEIRAS DE ESTRUTURA METÁLICA, CONTENDO 18 VAGAS CADA, TOTAL 72 VAGAS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 54,00M X 6,00M, CADA FILEIRA)	84	90	7																			
2	ESTACIONAMENTO 02 (SOMBRIQUES)	1	40	40																			
2.1	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 08 MÓDULOS TRIPLOS (7,50M X 5,00M) DE ESTRUTURA METÁLICA, COM MATERIAL FORNECIDO PELA POLÍCIA FEDERAL, SEGUINDO O PADRÃO EXISTENTE, INCLUINDO ADAPTAÇÃO NECESSÁRIA NA FUNDAÇÃO (04 BLOCOS DE FUNDAÇÃO EXISTENTES)	1	8	8																			
2.2	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE 02 ARCOS COMPLETOS, PARA SUPORTE DA TELA DE SOMBREAMENTO, COM MATERIAL FORNECIDO PELA POLÍCIA FEDERAL	9	10	2																			
2.3	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO E REAPERTO DOS PARAFUSOS E CABOS DE AÇO EXISTENTES, EM 46 ESTRUTURAS METÁLICAS TRIPLAS (7,50M X 5,00M)	14	17	4																			
2.4	SERVIÇO DE LIMPEZA DE 46 MÓDULOS TRIPLOS DE ESTRUTURA METÁLICA EXISTENTE (7,50 X 5,00M), COM JATO DE ÁGUA OU SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA	20	25	6																			
2.5	INSTALAÇÃO DE 46 TELAS DO TIPO SOMBRITE, PARA MÓDULOS TRIPLOS, COM CABOS DE AÇO E ESTICADORES NECESSÁRIOS (DIMENSÕES APROXIMADAS 7,50M X 5,00M)	28	40	13																			
3	ESTACIONAMENTO 03 (CANIL)	11	45	35																			
3.1	SERVIÇO DE REPARO OU SUBSTITUIÇÃO DE UM MÓDULO TRIPLO DE ESTRUTURA METÁLICA (7,50 X 5,00M)	11	13	3																			
3.2	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO E REAPERTO DOS PARAFUSOS E CABOS DE AÇO EXISTENTES, EM 05 ESTRUTURAS METÁLICAS, SENDO 03 MÓDULOS TRIPLOS (7,50M X 5,00M) E 02 MÓDULOS DUPLOS (5,00M X 5,00M)	18	19	2																			
3.3	SERVIÇO DE LIMPEZA DE 05 MÓDULOS DE ESTRUTURA METÁLICA EXISTENTE, COM JATO DE ÁGUA OU SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA	26	27	2																			
3.4	INSTALAÇÃO DE 05 TELAS DO TIPO SOMBRITE, PARA 03 MÓDULOS TRIPLOS (7,50M X 5,00M) E 02 MÓDULOS DUPLOS (5,00M X 5,00M), INCLUSIVE CABOS DE AÇO E ESTICADORES NECESSÁRIOS	41	45	5																			

Anotações:
a) As medições serão feitas em 02 (duas) etapas, sendo a primeira etapa paga após a conclusão dos reparos/instalação dos sombrites/estruturas metálicas dos estacionamentos 02 e 03, previstos para finalizar em 45 dias. Já a segunda medição está prevista ao término total dos serviços, ou seja, após finalizar todos os serviços para o estacionamento 01;
b) Os prazos previstos em cada etapa são estimativos, podendo serem finalizados antes do prazo, momento em que será realizada a medição;
c) Poderá ser realizada apenas 01 (uma) medição, ao final dos serviços, mediante pedido formalizado pela CONTRATADA.

Anotações:

- a) As medições serão feitas em 02 (duas) etapas, sendo a primeira etapa paga após a conclusão dos reparos/instalação dos sombrites/estruturas metálicas dos estacionamentos 02 e 03, previstos para finalizar em 45 dias. Já a segunda medição está prevista ao término total dos serviços, ou seja, após finalizar todos os serviços para o estacionamento 01;
- b) Os prazos previstos em cada etapa são estimativos, podendo serem finalizados antes do prazo, momento em que será realizada a medição;
- c) Poderá ser realizada apenas 01 (uma) medição, ao final dos serviços, mediante pedido formalizado pela CONTRATADA.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR - localizada na Av. Paraná, 3471 - Jardim Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR, 85863-720.
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta, das 8h às 18h, exceto feriados.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
 - 5.4.1. Serão fornecidos materiais de estrutura metálica, atualmente armazenados em depósito da DPF/FIG/PR, para instalação de 08 módulos triplos de estrutura metálica, para cobertura do tipo sombrite, conforme anexo III do ETP - Descrição Detalhada dos Serviços.
 - 5.4.1.1. Os materiais que serão fornecidos são exatamente iguais à estrutura existente, exceto pelos parafusos e cabos de aço, necessários à perfeita instalação dos 08 módulos novos. Esses materiais estavam previamente instalados no estacionamento, porém foram arrancados/danificados com o temporal de 2021. Algumas peças podem estar tortas, necessitando, portanto, de ajustes. Caso não seja possível a utilização do material, cabe à contratada oficializar a contratante, por meio de documento justificativo, apresentando nova solução adequada, incluindo orçamento que deverá ser analisado pela fiscalização competente.
 - 5.4.2. Demais materiais, necessários à perfeita execução dos serviços, tais como adaptadores para fixação da estrutura metálica à fundação, parafusos e cabos de aço serão de inteira responsabilidade da contratada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.5.1. Os valores propostos pela Administração já incluem todos os gastos necessários com deslocamentos, transportes, hospedagens ou outros necessários para a execução dos serviços;
- 5.5.2. O local de execução dos serviços é uma área de segurança pertencente a Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR, portanto, algumas regras de segurança e horários de intervenções poderão sofrer variações em função da execução das atividades fins da unidade;
- 5.5.3. Não será exigida a emissão de ART, visto tratar-se de serviço comum. Entretanto, o contratante terá total responsabilidade sobre a perfeita execução dos serviços, conforme garantias contratuais além das previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 5.5.4. Deverá ser disponibilizado água potável, energia elétrica em baixa tensão e banheiros para utilização da contratada durante a execução dos serviços. Caso as instalações não sejam adequadas à execução dos serviços, a contratada deverá dispor de instalações adicionais, sem ônus para a contratante, para a correta execução dos serviços;
- 5.5.5. Todo resíduo gerado durante a execução dos serviços deverá ser corretamente descartado, sem ônus para a contratante, seguindo as normas ambientais vigentes;
- 5.5.6. Para execução dos serviços, a contratada deverá se atentar para a necessidade de investigação social prévia de qualquer pessoa, seja ela funcionário da empresa ou terceirizada, que irá adentrar às áreas consideradas de acesso restrito do órgão. O prazo para que seja realizada a investigação deverá ser de, no mínimo, quinze dias corridos, motivo pelo qual, é essencial planejamento rigoroso para execução dos serviços. Caso o resultado da investigação seja "não recomendado" para determinada pessoa, esta não poderá acessar áreas restritas do órgão, porém, vale ressaltar, que essa investigação não desabona de forma alguma aquela pessoa, apenas que ela, por motivos diversos, não cumpre os requisitos mínimos necessários para acesso a áreas restritas do órgão;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da prestação dos serviços.

- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento utilizará o Cronograma Físico Financeiro como instrumento de medição.
- 7.3. Não será utilizado IMR para esta contratação.

Do recebimento

- 7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.5. As medições serão executadas conforme cronograma físico-financeiro, em anexo a este Termo de Referência, e foram previstas para serem realizadas em duas etapas, ou seja, a cada 45 dias, visto que o prazo de execução dos serviços será de 90 dias corridos. Caso a etapa 01 seja finalizada em menos de 45 dias, poderá ser feita a primeira medição desde que tenha transcorrido, no mínimo, 30 dias corridos. Caso a Contratada opte por recebimento único, deverá formalizar pedido à fiscalização competente.
- 7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.10.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.10.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.10.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).
- 7.10.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.12.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

- 7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- 7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.18.1. o prazo de validade;
 - 7.18.2. a data da emissão;
 - 7.18.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.18.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.18.5. o valor a pagar; e
 - 7.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

- 7.27. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custos da Construção (INCC-M) de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.28. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.32. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.32.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.33. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.34. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 7.35. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.36. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.21.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
 - 8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.26. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.27.1. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais documentos que comprovem a execução de serviço compatível em características, quantidades e prazos, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto desta licitação.
 - 8.27.2. Considerando que para a presente licitação o serviço de maior relevância e valor significativo é o serviço de instalação de tela do tipo sombrite, temos que:
 - 8.27.3. Para o objeto desta contratação há aproximadamente 3.183,50 m² de tela, do tipo sombrite, a serem instalados nas 03 áreas de estacionamento (estacionamento 01: 1.296,00m² + estacionamento 02: 1.725,00m² + estacionamento 03: 162,50m²);

8.27.4. Considerando que o Acórdão 2696/2019 do Tribunal de Contas da União - TCU, diz que poderá ser exigido até 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância:

8.27.4.1. "É irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível"

8.27.5. Poderá ser exigido, portanto, documentos/atestados emitidos por Pessoa Jurídica, que comprovem a execução de serviço de instalação/substituição de tela do tipo sombrite, com área total de até 1.591,75m², entretanto, para a presente licitação, optou-se por exigir execução de no mínimo 800 m² de serviços de instalação de tela, do tipo sombrite, para estacionamento de veículos, por questões de razoabilidade e ampliação da concorrência entre empresas.

8.27.6. Portanto, o percentual exigido para esta licitação será de, aproximadamente, 25% dos quantitativos dos itens de maior relevância, em conformidade ao Acórdão 2696/2019 do TCU.

8.27.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.27.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 288.963,89 (duzentos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos no Anexo II - Tabela Estimativa de Custos Sintética e Resumida.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Devido a tempestividade da demanda, a disponibilização do recurso orçamentário se dará em data oportuna, desde que até o momento anterior à publicação do Edital, e será incluída no processo pelo setor responsável.

11. ANEXOS

11.1. Fazem parte deste TR os seguintes anexos:

11.1.1. Anexo I - Caderno de Encargos (31053185);

11.1.2. Anexo II - Tabela Estimativa de Custos Sintética e Resumida (31099393);

11.1.3. Anexo III - Cronograma Físico-Financeiro e de Gantt (31099411);

11.1.4. Anexo IV - Cotações de Mercado e Comprovações (31099508);

11.1.5. Anexo V - Descrição Detalhada dos Serviços (31054001);

11.1.6. Anexo VI - Layout Arquitetônico (31100148);

11.1.7. Anexo VII - Tabela Estimativa de Serviços em Excel.

Foz do Iguaçu, 24 de agosto de 2023.

Junior Maggi
Integrante Técnico Titular da EPC
GTED/SR/PF/PR

Gerson Maggi
Integrante Técnico Substituto da EPC
GTED/SR/PF/PR

Leandro Barros Nunes
Integrante Administrativo Titular da EPC
GTED/SR/PF/PR

Márcio de Souza Bouzas
Integrante Administrativo Substituto da EPC
GTED/SR/PF/PR

Marcelo Goetten
Integrante Demandante Titular da EPC
SELOG/DPF/FIG/PR

Márcio de Souza Dias
Integrante Demandante Substituto da EPC
NAD/DPF/FIG/PR

Página |



Documento assinado eletronicamente por **JUNIOR MAGGI, Agente de Polícia Federal**, em 26/09/2023, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31546689&crc=4F59A5D9](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=31546689&crc=4F59A5D9).

Código verificador: **31546689** e Código CRC: **4F59A5D9**.

Referência: Processo nº 08389.005225/2023-51

SEI nº 31546689